

Controle Social no FUNDEB

APRIMORAMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA MELHOR
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Profa. Dra. Ursula Dias Peres

Novembro de 2017

São Paulo



Controle Social no FUNDEB



A **Lei Nº11.949** de 2007, a qual regulamenta o FUNDEB, prevê **nos artigos 24 a 30** como se constituirá o acompanhamento, **o controle social**, a comprovação e a fiscalização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Quais são os atuais mecanismos previstos de Controle Social?



CACS

Instituição de Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS) em cada ente federativo. Municípios, Estados e União têm diferentes composições dos Conselhos, de acordo com Artigo 24 da Lei do Fundeb.

Controle Social no FUNDEB

Quais são os atuais mecanismos previstos de Controle Social?



PUBLICIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Publicização pelo Governo Federal da estimativa da receita total dos Fundos, do valor da complementação da União, dos valores anuais por aluno no âmbito do Distrito Federal e de cada Estado e do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente. Conforme artigo 25 da Lei do Fundeb;



FISCALIZAÇÃO

Fiscalização e punição quanto à aplicação dos recursos é feita pelos Tribunais de Contas e órgãos de controle interno do Poder Executivo nos diferentes níveis federativos De acordo com o artigo 26 da Lei do Fundeb;



SISTEMA DIGITAL

Sistema digital de prestação de contas (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE). Em concordância com o artigo 30 da Lei do Fundeb.

Controle Social no FUNDEB

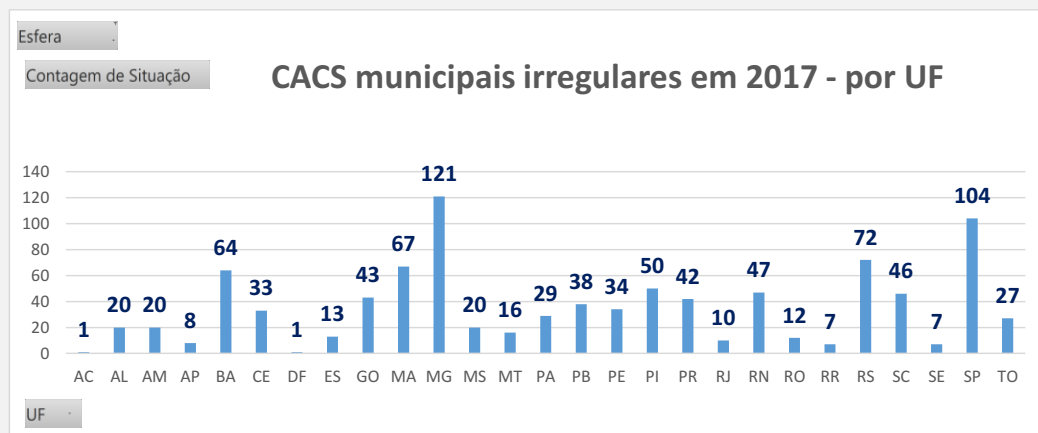
O que já foi dito nas audiências públicas

- ❖ Não sabemos para onde vão os recursos do Fundeb – *Lisete Arelaro*
- ❖ É preciso garantir que recursos estão sendo utilizados, com controle de execução claro para ter certeza que insumos estão sendo garantidos – *Andréa Gouveia, Dep. Ságuas, Luiz Araújo*
- ❖ Precisamos reforçar Conselhos Municipais; Conselho do Fundeb poderia ser câmara do Conselho Municipal – *Prof. Chico Soares, Lisete Arelaro*
- ❖ Precisamos potencializar o controle social descentralizado, com plataforma digital de monitoramento e fiscalização (inclusive a nível da escola) – *Bruno Campos*

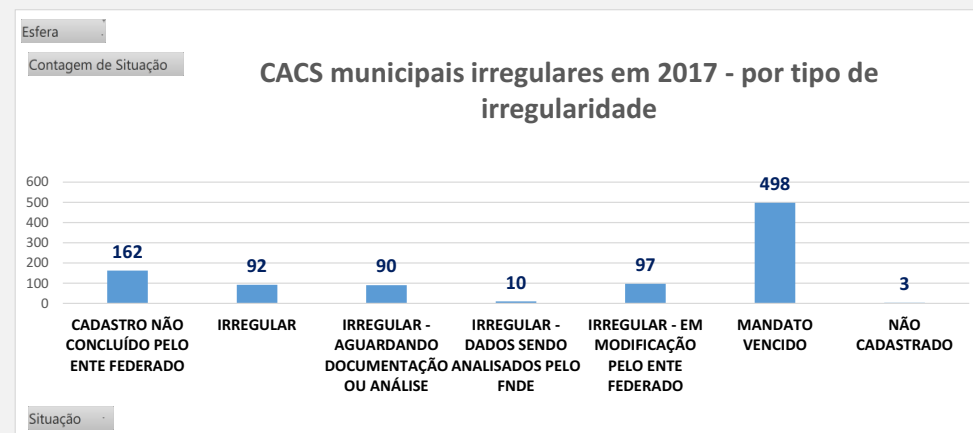
Principais dificuldades técnicas e políticas

❖ Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS) irregulares

952 (17%) CACS estão atualmente irregulares, de acordo com FNDE



Fonte: FNDE/MEC.



Fonte: FNDE/MEC.

Sugestão de aprimoramento: Instituição do CACS como uma câmara do Conselho Municipal de Educação, permitindo a integração e fortalecimento das atividades de controle social.

Principais dificuldades técnicas e políticas

❖ Conselhos do Fundeb contam com reduzida capacidade técnica

Sugestão de aprimoramento: Estruturação de programa de formação para conselheiros municipais, organizado pelo Governo Federal em articulação local com os Tribunais de Contas. Deve-se ampliar também o apoio técnico do Governo Federal através de parâmetros e orientações sobre a utilização dos recursos para qualidade e equidade nas redes.

Principais dificuldades técnicas e políticas

❖ Distanciamento ainda existente entre Conselhos e Tribunais de Contas e órgãos do Poder Executivo

Sugestão de aprimoramento: Induzir aproximação entre CACS e TCs a partir de normas de atuação conjunta, com previsão de atividades compartilhadas para qualificação das práticas de controle social.

Principais dificuldades técnicas e políticas

❖ Baixa transparência restringe a atuação da sociedade civil

Sugestões de aprimoramento:

1. Sistema digital de prestação de contas (SIOPE) aprimorado, com mais desagregações das informações de utilização dos recursos e com abertura para verificação de dados pelos Tribunais de Contas;
2. Monitoramento, avaliação e divulgação das condições de oferta e qualidade das redes de ensino, incluindo informações sobre gestão

Principais dificuldades técnicas e políticas

❖ Ausência de padronização e regramento dos dados

Sugestões de aprimoramento:

1. Regramento e padronização pelo Governo Federal para entes informarem dados em formato tal que possam ser consumidos por toda a sociedade.
2. Incluir na PEC o princípio de ampla divulgação dos dados, de forma aberta e acessível para a sociedade, com previsão de parametrização da oferta de informações pelo Governo Federal.

Principais dificuldades técnicas e políticas

- ❖ O SIOPE, desenvolvido pelo FNDE, representa um enorme avanço no controle de informações sobre gastos com educação de todas as UFs brasileiras;
- ❖ Com o respaldo da exigência da LRF (RREO) é possível uma *accountability* bimestral da prestação de contas das despesas de MDE;
- ❖ É possível também o controle de gastos por função, subfunção (inclusive com detalhamento por elemento de despesa);
- ❖ Além de outros indicadores relacionados aos recursos do FUNDEB e MDE; porém...
- ❖ Que gastos estão sendo considerados como MDE?

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	1.019.417.579,93	979.005.043,53	96,03	969.777.862,10	95,13	9.227.181,43
23.1 - Creche	0,00	402.262.176,91	386.315.390,18	96,03	382.674.344,41	95,13	3.641.045,77
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	186.573.100,74	171.488.898,42	91,91	171.332.431,99	91,83	156.466,43
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	215.689.076,17	214.826.491,76	99,60	211.341.912,42	97,98	3.484.579,34
23.2- Pré-escola	0,00	617.155.403,02	592.689.653,35	96,03	587.103.517,69	95,13	5.586.135,66
23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	286.242.664,09	263.100.301,85	91,91	262.860.249,18	91,83	240.052,67
23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	330.912.738,93	329.589.351,50	99,60	324.243.268,51	97,98	5.346.082,99
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.857.513.380,00	4.235.793.683,47	4.076.959.024,69	96,25	4.071.827.743,30	96,12	5.131.281,39
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.118.262.887,00	1.941.471.819,73	1.795.850.878,94	92,49	1.794.285.058,49	92,41	1.565.820,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.739.250.493,00	2.294.321.863,74	2.281.108.145,75	99,42	2.277.542.684,81	99,26	3.565.460,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demonstrativo
das Receitas e
Despesas com
Manutenção e
Desenvolvimento
do Ensino – MDE
(RREO)**

**– SIOPE/2015 -
Município X**

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (RREO)

DESPESAS DO FUNDEB							
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.738.399.495,00	1.750.673.840,24	1.658.709.099,65	94,74	1.658.709.099,65	94,74	1.962.339,55
13.1- Com Educação Infantil	230.745.000,00	278.144.381,84	270.506.491,18	97,25	270.506.491,18	97,25	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.507.654.495,00	1.472.529.458,40	1.388.202.608,47	94,27	1.388.202.608,47	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	729.817.097,00	663.613.744,32	571.730.979,56	86,15	569.768.640,01	85,85	0,00
14.1- Com Educação Infantil	119.208.705,00	194.671.382,99	164.082.709,09	84,28	163.686.189,99	84,08	396.519,10
14.2- Com Ensino Fundamental	610.608.392,00	468.942.361,33	407.648.270,47	86,92	406.082.450,02	86,59	1.565.820,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.468.216.592,00	2.414.287.584,56	2.230.440.079,21	92,38	2.228.477.739,66	92,30	1.962.339,55

Principais dificuldades técnicas e políticas

Subfunções	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
361 - Ensino Fundamental	3.867.432.634,72	3.858.237.904,12	3.656.819.086,13
365 - Educação Infantil (Creche)	386.315.390,18	382.674.344,41	364.030.708,62
365 - Educação Infantil (Pré-Escola)	592.689.653,35	587.103.517,69	558.500.230,59
TOTAL 365 - Educação Infantil	979.005.043,53	969.777.862,10	922.530.939,21
366 - Educação de Jovens e Adultos	219.043.329,73	218.939.354,32	204.613.374,84
367 - Educação Especial	130.661.974,94	130.576.313,60	118.687.908,67
Vinculadas a Contribuição Social do Salário-Educação	634.877.001,39	573.258.284,95	471.183.302,62
Total da Função Educação	5.831.019.984,31	750.789.719,09	5.373.834.610,67

Total Despesa Empenhada Função Educação

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (RREO)– SIOPE/2015 - Município X

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Demonstrativo da Função Educação- SIOPE/2015 - Município X

29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.857.513.380,00	5.255.211.263,01	5.055.964.068,22	6,20	5.041.605.605,40	95,93	14.358.462,82
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.505.594.596,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							30.304.621,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							40.995.062,43
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)							12.995.303,93
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)⁶							1.589.889.584,59
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							3.466.074.483,63
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM F(08) / (3) x 100) %⁶							25,82

Total Despesa Empenhada - MDE

Principais dificuldades técnicas e políticas

- ❖ Como saber a composição de gastos de cada ente no que diz respeito a programas específicos (como transporte escolar, vigilância, limpeza, entre outros) e sua divisão entre níveis e modalidades de ensino, de forma prática e fácil para controle social?

Principais dificuldades técnicas e políticas

- Que despesas constam em “Outras correntes” e quais constam em “Serviços de Terceiros”?

Natureza da despesa/ Sub-Funções	361 - Ensino Fundamental (FUNDEB)	361 - Ensino Fundamental (Despesas Próprias)	361 - Ensino Fundamental (Despesas Vinculadas)	362 - Ensino Médio (Despesas Próprias)	362 - Ensino Médio (Despesas Vinculadas)	363 - Ensino Profissional (Despesas Próprias)
Pessoal e Encargos Sociais	1.229.123.611,00	1.761.930.819,75	334.582,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	300.902.862,37	237.833.626,19	126.603.240,54	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	35.770.655,80	13.780.965,24	90.130.564,84	0,00	0,00	0,00
Serviços de Terceiros(P/Física)	99.068,02	2.089.434,93	9.875,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Terceiros(P/Jurídica)	136.505.725,85	89.027.993,70	13.156.422,16	0,00	0,00	0,00
Investimentos	70.676.853,15	126.785.947,56	13.241.092,16	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.600.703.326,52	2.126.550.393,50	140.178.914,70	0,00	0,00	0,00
Total Geral(Exceto Inativos)	1.600.703.326,52	2.126.550.393,50	140.178.914,70	0,00	0,00	0,00

Principais dificuldades técnicas e políticas

GRANDE DESAFIO:

Descentralizar a informação de forma qualificada,
induzindo maior qualidade da gestão e do controle
social, mantendo centralização eficiente de despesas
(com ganho de escala em matéria de custos)

O que precisamos saber e ainda não sabemos

❖ Perguntas-chave:

- Qual é o investimento por estudante em cada etapa de ensino em cada município brasileiro?
- Como distribuimos esses recursos dentro das redes, considerando a diversidade de equipamentos? Ou seja, qual é o financiamento de cada escolas?
- Quais são objetivamente as condições de remuneração de profissionais da Educação, de forma comparada entre as localidades?
- Quais são os custos dos diferentes insumos educacionais nas redes?

Síntese dos aprimoramento sugeridos

- ❖ CACS como uma câmara do Conselho Municipal de Educação;
- ❖ Programa de formação para conselheiros municipais e ampliação do apoio técnico do Governo Federal através de parâmetros e orientações sobre a utilização dos recursos para qualidade e equidade nas redes;
- ❖ SIOPE aprimorado, com mais desagregações e informações verificadas.

Síntese dos aprimoramento sugeridos

- ❖ Monitoramento, avaliação e divulgação das condições de oferta e qualidade das redes de ensino, incluindo informações sobre gestão;
- ❖ Regramento e padronização dos dados pelo Governo Federal;
- ❖ Na PEC, princípio de ampla divulgação dos dados, de forma parametrizada, aberta e acessível para a sociedade.

Obrigada!

uperes@usp.br